

ANARQUISTAS E POLÍTICA

Pier Francesco Zarcone

Resumo: Neste artigo, Pier Francesco Zarcone, da Federazione dei Comunisti Anarchici (FdCA), analisa os obstáculos teóricos que têm se colocado entre os anarquistas e a realidade social. A confusão permanente entre “apoliticismo” e negação da política burguesa tem sido responsável por muitas indeterminações estratégicas, ou até mesmo por encobrir posições francamente oportunistas e contrarrevolucionárias no seio do anarquismo social. Trata-se de um artigo teórico que oferece pistas originais de reflexão sobre essas questões.

* * *

Há algumas décadas, no interior da Federação Anarquista Italiana, eram frequentes as advertências contra um vírus que ameaçava de se espalhar: a “*spagnolite*”, uma infecção fatal para aqueles que não se conformassem às indicações do periódico anarquista individualista de Nova York, *L’Adunata dei Refrattari*, ou que não quisessem permanecer no estado de impasse daquela organização sintetista. Era um vírus semelhante a uma peste ideológica. Essa avaliação não estava completamente equivocada.

Nas fileiras do anarquismo italiano, o vírus espanhol não se difundiu muito, ao contrário do que ocorreu e continua ocorrendo na América Latina. Ele também não desapareceu da Espanha, onde os anarquistas – que “infelizmente” haviam fugido das garras de alguns “sábios” do anarquismo e que não tinham muita familiaridade com o idioma italiano, de modo que não puderam apreender “o que é verdadeiramente o anarquismo” e acabaram tendo que se virar sozinhos – experimentaram a “desgraça” de realizar a única revolução proletária e libertária da Europa ocidental depois da Comuna de Paris.

O número de setembro de 2003 de *Tierra y Libertad*, órgão da Federação Anarquista Ibérica, publicou um artigo intitulado “Algumas Considerações sobre a Política”, que aborda o assunto de uma maneira que se aproxima muito [...] do arremesso de uma pedra em uma poça de água parada; ele recusa a tese da equivalência entre anarquismo e apoliticismo.

O autor do artigo, o camarada Julián Vadillo Muñoz, escreve:

Evidentemente, se a política for entendida como conquista do poder do Estado, o anarquismo a rejeita totalmente. [...] Mas o fato de que o anarquismo rejeita o Estado, por ele ser um instrumento de domínio, não significa que o anarquismo rejeita o poder. Embora isso possa parecer estranho, o anarquismo possui uma concepção de poder e de governo. Para nós, ambos deveriam ser organizados em perspectiva horizontal. O governo deve ser totalmente democrático e, por isso, o poder deve residir em sua origem: no povo, e somente no povo. Não se concebe a possibilidade de intermediários permanentes em uma sociedade anarquista, como os parlamentares. Mas a destruição do sistema capitalista não acontece de um dia para outro [...]. Por isso, adotamos aqui os postulados de Errico Malatesta: para ele, a transformação social desenvolve-se paulatinamente, criando organismos suficientes para desmontar efetivamente as velhas instituições. Isso nada tem a ver com a fase transitória da ditadura do proletariado, como propõem os marxistas, porque a organização anarquista é claramente descentralizada e visa à destruição do Estado.

[...] É evidente que todos esses procedimentos pertencem a uma esfera clara: a esfera da política. Por isso, nós, anarquistas, somos políticos e atuamos na política, e não devemos ter medo de dizer isso. É evidente que criticamos a política, mas como instituição profissional. [...] Para os anarquistas, a revolução não deve ser conduzida por profissionais, mas pelo próprio povo. A gestão não deve ser delegada a pessoas alheias aos problemas populares, porque isso provoca um elitismo que se choca com a essência política do anarquismo. Anarquismo é organização, e isso deve ficar claro. [...] O anarquismo se regula pela disciplina mais efetiva, que é o compromisso individual de cada um, como fator fundamental para um bom desenvolvimento social. [...] O anarquismo é político porque representa uma opção clara em favor de uma nova ordem social frente às outras correntes políticas. [J. Vadillo, “Algunas Consideraciones Sobre la Política”, em *Tierra y Libertad* 182, setembro de 2003, pp. 14-15]

Esse camarada também reafirma a necessidade de um dualismo organizacional entre a organização sindical e a organização política (no caso dele, a Federação Anarquista Ibérica).

O recente Congresso de Unificação Anarcocomunista (CUAC), do Chile, reivindicou o poder popular. Em um documento enviado às organizações revolucionárias anarquistas, com uma perspectiva concretamente política, os camaradas da Organização Libertária Cimarrón, do Uruguai, sublinharam que as categorias teóricas e a ação do anarquismo devem estar conectadas à análise da realidade concreta em que a prática libertária se desenvolve. E que também é necessário assumir as contradições que surgem da atividade política desenvolvida na sociedade que se combate, a qual não é a sociedade libertária aspirada pelos anarquistas.

Essa observação pode parecer banal, mas na verdade envolve uma série de problemas importantes para a teoria e a história do anarquismo. Em particular, as questões que dizem respeito às situações em que o anarquismo ascendeu [...] à condição de um movimento de massas.

É fácil responder de antemão que as considerações aqui apresentadas estão a anos-luz de distância da realidade, se levarmos em conta o estado atual do movimento anarquista no mundo. Não devemos esquecer que foi por causa dessa situação que George Woodcock finalizou sua história do anarquismo falando da derrota da Revolução Espanhola e do esgotamento da capacidade revolucionária anarquista:

Eu fixei o limite desta história da anarquia no ano de 1939. A data foi escolhida de propósito: foi o ano da morte, na Espanha, do movimento fundado há duas gerações por Bakunin. Hoje, há ainda milhares de anarquistas espalhados em muitos países do mundo. [...] Mas eles são apenas o fantasma do movimento anarquista histórico, um fantasma que não inspira nenhum medo aos governos, nenhuma esperança aos cidadãos e que não interessa os jornalistas. Claro está que, como movimento, o anarquismo falhou. [G. Woodcock, *L'Anarchia*, Milão, 1976, p. 414]

Naquilo que há de mais substancial, esse quadro não é falso. Mas podemos dizer que, ao considerar definitiva a situação presente do anarquismo, ele exclui *a priori* toda a possibilidade de desenvolvimentos futuros mais significativos, os quais neste momento são impossíveis de prever. Trata-se de possibilidades futuras que, na história humana, muitas vezes se apresentam como algo inesperado, mesmo aos olhos de historiadores

profissionais. Woodcock menciona uma frase – atribuída por alguns a Makhno e por outros a Arshinov – que aponta os potenciais de um renascimento do anarquismo, pelo menos enquanto existirem seres humanos pensantes:

Olhem para as vossas profundezas [...]. A verdade não se encontra em qualquer outro lugar. Nessa insistência sobre a interdependência entre liberdade, realização da justiça e moralidade, sobre a impossibilidade da existência de uma delas sem a outra, está a lição essencial do anarquismo autêntico. [Ibid., p. 421]

De todo modo, não nos interessa muito aqui essa questão do hiato entre o movimento anarquista do passado e o de hoje. Em relação à Espanha, mencionada por Woodcock, é necessário sublinhar, mais uma vez, uma das características dos anarquistas daquele país que estiveram envolvidos na luta de classes e nos projetos de revolução social. Aqueles anarquistas elaboraram programas articulados, com novos modelos de organização para os diferentes setores sociais, e tentaram entender quais eram os mecanismos “técnicos” da produção e as mudanças necessárias.

Quando chegou a hora da revolução, eles sabiam bem o que fazer e como garantir a continuidade técnica/econômica na administração das estruturas fundamentais da sociedade, tanto industriais quanto agrícolas. Sem dúvida, isso permitiu aos anarquistas espanhóis dar respostas sociais e econômicas concretas aos opositores e às pessoas que podiam ser convencidas, sem que se restringissem a ficar enunciando princípios filosóficos ou fazendo conversas fora da realidade. No nível da política, as coisas são sempre mais complexas.

Diz-se que falta aos anarquistas uma teoria da política, que diga respeito ao período anterior e posterior à revolução. Mas, para os anarquistas, a questão da política assume sua validade mais ampla à luz da experiência espanhola que, devido à fortíssima presença libertária, representa uma lição obrigatória cheia de elementos fundamentais, positivos e negativos.

Na Espanha, a política e o poder se manifestaram como elementos não equivalentes. Os anarquistas, que tinham o poder real, não faziam política. [...] Isso significa que a gestão e a mediação daquilo que existe não estão necessariamente ligadas à dominação, mas também que não são suficientes para agir em benefício próprio. O poder em si não produz a política, que é, distintamente, a ciência e a prática que administram, em proveito daqueles que as exercem, as relações de força que se expressam na realidade. [...] Em julho de 1936, os comunistas não tinham poder algum, mas tinham uma política. Os anarquistas, pelo contrário, ao promover a revolução contra o poder existente e contra a conformação de outro possível poder, agiam contra si mesmos. Em resumo, ao negarem a si mesmos o poder, eles desenvolveram uma política oposta à realidade de poder que se expressava em sua própria existência. [...] A experiência espanhola demonstrou que uma revolução social é a negação do poder, mas não do poder no seu estado puro, como relação imediata de força. [...] Decorre disso que a política é insuperável, principalmente se houver uma situação revolucionária espontânea, em que a expressão evidente do poder que existe nas relações de força implique a necessidade de uma ação de adaptação a esse estado de coisas. Assim, fica evidente que a dimensão espontânea do social não pode absorver a demanda de uma orientação geral do movimento emancipador. [G. Berti, *II*

Quem conhece os acontecimentos espanhóis sabe do desfecho: os erros políticos foram catastróficos. Quando o aparelho estatal desmoronou e as relações de força eram favoráveis aos anarquistas, eles (alguns, pelo menos) só entenderam ser possível considerar a situação em termos de uma possível “ditadura anarquista”, que deveria ser evitada como a peste. A solução foi, então, entrar no governo republicano burguês!

O fato é que a utilização de termos nunca é indiferente ou casual. Enquanto o movimento anarquista optar pelo uso de sinônimos para evitar termos como poder, autoridade e domínio, por um receio iminente de violar tabus ou lacerar o véu de Isis, haverá sempre uma cegueira política responsável pela perpetuação de equívocos prejudiciais.

Uma sistematização interessante desses conceitos, desde uma perspectiva anarquista, deve-se a Amadeo Bertolo, que ofereceu os instrumentos para acabar com uma confusão linguística inaceitável e perigosa.

Bertolo distinguiu três situações diferentes, às quais atribuiu termos correspondentes e adequados: a.) *poder* como função social reguladora, ou conjunto dos processos pelos quais a sociedade se autorregula produzindo normas, aplicando-as e fazendo-as respeitar; b.) *autoridade* como assimetria de faculdades e capacidades de decisão, típicas de uma complexa divisão social do trabalho em funções e papéis diferentes; c.) *domínio* como monopólio do poder exercitado por uma minoria, política/econômica, que exclui desse exercício real todo o resto da sociedade. [A. Bertolo, “Potere, Autorità, Dominio”, em *Volontà* 2, 1983, pp. 51-78]

Decorre do estabelecimento desses conceitos que o propósito básico do anarquismo consiste na destruição do domínio. Ao mesmo tempo, poder e autoridade constituem funções sociais neutras, não elimináveis mesmo em uma sociedade libertária.

Não se pode prescindir objetivamente da política, inclusive nos períodos revolucionários. E se a política, por definição, implica relações de força, então é fundamental verificar – para além de dogmatismos, reverências teóricas, esquemas historicamente datados etc. – o que realmente faz parte do DNA do anarquismo, e o que, ao contrário, ameaça a própria razão de ser desse projeto político. Também é fundamental estabelecer os elementos que podem existir no anarquismo sem prejudicar sua coerência interna.

É necessário haver um tipo de fenomenologia da realidade em que se desenvolve o trabalho político e social – e não das possibilidades abstratas de construção da mente humana – para estabelecer uma ligação operacional entre teoria e prática. Mas devemos ter em mente que as teorias que se propuserem a transformar a realidade deverão ser sempre “verificadas pela práxis”, e não se autojustificar por si mesmas.

Que a luta contra o domínio e inclusive a rejeição deste conceito pertençam à própria razão de ser do anarquismo, está absolutamente fora de questão. Em suma, o domínio é a exploração do homem pelo homem e há alguns séculos encontra sua forma social no binômio Estado/capitalismo. O poder, como se sustentará a seguir, é algo distinto. A luta radical contra o domínio é o fundamento da revolução social autêntica. Fora disso, há apenas impulsos para substituir uma classe social dominante por outra, com participações mais ou menos amplas de massas que, em todo caso, permanecem subjugadas.

No entanto, essa luta também implica uma oposição violenta aos dominantes, que não abandonarão seu poder e talvez prefiram confrontos mortais, forçando os revolucionários a tomar posições que não estavam originalmente previstas.

No período da revolução (pouco antes e durante) se resolve uma das mais angustiantes questões teóricas, que mobilizou rios de tinta na história do anarquismo: se o indivíduo é autossuficiente ou se ele precisa do conjunto social. A revolução, obviamente, evidencia uma solução em favor da segunda posição.

Como a revolução social implica a destruição das velhas estruturas – e também a construção de autonomia e gestão direta em uma sociedade que já não se organiza mais em classes, e que não é mais dominada pela instituição separada e dominadora do Estado –, os oprimidos de ontem devem ter condições de fazer aquilo que os opressores não quiseram (e que continuam não querendo) enquanto tiveram o poder em suas mãos.

Assim como nos casos dos *sanculottes* franceses, de Makhno na Ucrânia, da Catalunha e de Aragão durante a Revolução Espanhola, são fundamentais as milícias populares armadas, as patrulhas de controle etc. É necessário um instrumento frequentemente execrado por anarquistas que não devem, não podem ou não querem fazer a revolução. Mas que, por outro lado, são utilizados pelas massas com sua efetiva consciência revolucionária: a coerção dos inimigos de classe, para evitar que elas sejam vítimas de uma coerção contrária, como ocorreu nos casos de Franco e Pinochet.

Uma metáfora aparentemente cínica pode deixar esse ponto mais claro. Quebrar os ovos para fazer um omelete é algo apropriado; gostar de quebrar os ovos, independentemente dos omeletes, é algo completamente irracional. Tanto as experiências históricas do século passado quanto as descobertas modernas das “ciências humanas” deveriam nos conduzir a uma revisão profunda de muitas (e persistentes) certezas otimistas do pensamento anarquista “clássico”, que, sob forte influência de esquemas abstratos, privilegiou automatismos e simplificações.

Por exemplo, o “Programa Anarquista” de 1920 e muitos escritos de Malatesta apresentam o quadro de uma revolução que “ao mesmo tempo” derruba o tirano/Estado e estabelece as bases de uma sociedade libertária, que se defende com certa “facilidade” ou “desenvoltura” contra os dissidentes nostálgicos do regime burguês e os contrarrevolucionários.

Entretanto, depois disso, tivemos: leninismo/stalinismo, fascismo, nazismo, experiência trágica na Espanha, expansão internacional do domínio das máfias e multinacionais, capitalismo globalizado, imperialismo dos USA etc. E ainda temos: a distante e frequentemente esquecida lição de Étienne de La Boétie sobre a servidão voluntária; os estudos psicológicos sobre a parte irracional da psique humana, a formação e o desenvolvimento do imaginário coletivo, realizados por Castoriadis; o “mistério” da proliferação de situações objetivamente revolucionárias às quais não correspondem as condições subjetivas. [Ver: E. de la Bóetie, *Sulla Servitù Volontaria*, Catania, 1978; C. Castoriadis, *La Rivoluzione Democratica: teoria e progetto dell'autogoverno*, Milão, 2001]

Todos esses elementos complicam o quadro simplista delineado pelas análises do anarquismo que são anteriores à Segunda Guerra. Hoje, não há qualquer dúvida que uma revolução social deverá enfrentar uma série de fatores que farão com que ela não seja um evento breve, mas um processo prolongado, na medida em que terá que combater não apenas o Estado e as instituições do capitalismo. O tirano não está sozinho. Junto a ele, além dos mercenários do exército e da polícia, estão as massas de cidadãos – e, aqui, é pouco relevante o fato de elas também serem vítimas da opressão. São pessoas que temem a liberdade e estão emaranhadas em mecanismos ideológicos e psicológicos que fazem delas instrumentos e bucha de canhão em favor dos dominantes.

Tais massas também são inimigas e podem ser muito mais agressivas que o próprio tirano.

Há um humanismo anarquista que aponta justamente para a emancipação dos seres humanos enquanto tais; mas ele envolve apenas o ponto de chegada. O ponto de partida é a luta dos oprimidos contra os opressores, seus instrumentos e aliados. E o fundamento dessa opressão se encontra nas relações de classe. A luta revolucionária dos oprimidos e a saída insurrecional não interessarão à maioria dos oprimidos; será apenas parte deles que orientará o momento revolucionário frente ao restante da população. Na Espanha também foi assim.

A revolução é, sobretudo, um episódio violento e de coerção contra os partidários da ordem vigente. E, de acordo com a intensidade da reação contrarrevolucionária, esse episódio terá menor ou maior duração, contará com intensidades distintas nas ações defensivas e ofensivas dos revolucionários, e com diferentes níveis de satisfação das necessidades inerentes. Por exemplo, na Espanha, durante a guerra civil, os revolucionários foram forçados a constituir serviços de contraespionagem, em função das infiltrações do inimigo. Naturalmente, não se podem ultrapassar os limites que impliquem a renúncia da identidade libertária, conformando uma “ditadura revolucionária”.

A revolução, em sua fase de revolta armada, é o momento culminante da luta de classes. Luta que vai se estruturando conforme se consolida uma ação de força contra os inimigos. Luta que expressa a rejeição da opressão e de suas estruturas. A luta de classes nunca é precedida por votações para verificar se há ou não um consentimento da maioria do povo. Quando a tolerância atinge certo limite, alguns explorados simplesmente decidem dizer não à ordem social que os explora. Cria-se, então, uma contraposição de ações e forças, com vistas a fazer prevalecer os interesses de um setor da sociedade em detrimento de outro.

Quando o desenvolvimento da luta alcança níveis elevados, em termos quantitativos e qualitativos, as forças que se ocupam da luta contra a exploração buscam estabelecer um tipo de “espaço” em que será construída a nova sociedade; elas também lutam para ampliar esse espaço e, como último evento, para concretizar o espaço social enquanto tal.

Nesse *espaço social revolucionário* formam-se as estruturas de contrapoder que passam ser cada vez mais operacionais, conforme o aparelho estatal/capitalista se debilita. Nele, nascem os organismos de gestão popular, de reorganização da sociedade, que operam como instrumentos das massas populares para combater os inimigos de classe. Demolidas as instituições políticas precedentes, debilitado o poder do Estado, o poder popular se espalha no espaço revolucionário e se amplia. A metáfora do espaço social revolucionário também é útil para compreender a questão da política libertária durante a revolução. Isso porque a defesa da revolução é a defesa desse espaço.

Para se proteger do exterior, a ação política e militar será a mesma de sempre: milícias populares, luta sem trégua contra o inimigo de classe e aplicação da justiça revolucionária. Para evitar as degenerações ditatoriais de matriz leninista, o interior desse território é o aspecto mais delicado. Nele, é indispensável constituir um poder popular baseado na democracia direta, tanto política quanto econômica – o que se opõe a uma ditadura de partido –, e envolver o máximo possível as massas populares na defesa e na construção da sociedade revolucionária. A luta contra todas as tentativas de monopólio na revolução deve ser levada a cabo sem hesitações.

É aqui que entram em jogo as relações de força, que precisam corresponder à ação política. O “Programa Anarquista” – que previa “a todos, a liberdade de difundir e experimentar as próprias ideias, sem outro limite além daquele que resulta naturalmente

da igual liberdade de todos” – corresponde à laicização de um mito: o otimismo milenar que, se não pode ser absolutamente excluído, deveria pelo menos ser projetado para um momento mais distante.

No espaço revolucionário, essa liberdade pode ser efetiva apenas para os sujeitos desse espaço. Senão, as conquistas revolucionárias e a própria defesa da revolução podem ser frustradas. A revolução implica: a.) uma liberdade em relação à exploração e ao domínio; b.) uma liberdade para a realização pessoal e social no espaço libertado, que agora não contará mais com exploração e domínio, e que assumirá as formas e os modos preferidos pelas massas revolucionárias.

Se fosse permitido que essas formas e esses modos incluíssem também a restauração daquilo que foi (ou esteja sendo) derrubado pela revolução, isso implicaria um suicídio. Os marinheiros revolucionários e libertários que, em 1921, em Kronstadt, se rebelaram contra a tirania bolchevique, não eram suicidas. Eles reivindicavam “a liberdade de fala e de imprensa para os operários e camponeses, para os anarquistas e partidos socialistas de esquerda” e, a partir disso, novas eleições livres nos soviets. Não para o inimigo de classe militarmente derrotado há pouco tempo! [I. Mett, 1921: *La Rivolta di Kronstadt*, Roma, 1970]

Realmente, aqueles que quiserem reestabelecer o domínio e aqueles que forem cúmplices do domínio devem ficar automaticamente fora do espaço revolucionário e, assim, da sociedade libertária. Nesse espaço não atuarão apenas os anarquistas. Isso não aconteceu nem na Espanha, ocasião em que o movimento anarquista era potente e massivo. Assim, em uma situação de pluralidade de sujeitos revolucionários – que possivelmente contará com forças burguesas eventualmente aliadas contra um inimigo comum, mas que nem por isso serão revolucionárias –, a questão da política se coloca em relação aos objetivos de hegemonia. De fato, como é possível, sem hegemonia, influenciar os eventos?

O objetivo de conquista e defesa da hegemonia implica uma dialética de alianças e, no fundo, uma luta que deve ser realizada tomando em conta os princípios da ação libertária no quadro da revolução, mas não apenas isso. Ainda assim, a questão não se esgota em uma relação binária, ou seja, entre 1.) Fins e 2.) Princípios-meios. Trata-se de uma relação ternária, ou seja, entre 1.) Fins; 2.) Princípios-meios e 3.) Situação particular em que se realiza o trabalho revolucionário.

Fins e princípios determinam uma identidade, mas nenhuma identidade permanece em um limbo meta-histórico. Pelo contrário, esse trabalho se desenvolve e se atualiza em relação à existência histórica no esforço de realizar os seus próprios objetivos. Fins e princípios permitem determinar as rotas navegáveis nas águas de um mar que é totalmente outra coisa em relação aos fins e princípios.

E se a capacidade de construção antidogmática é parte essencial da tradição anarquista – em seu desenvolvimento, como parte fundamental do movimento de emancipação dos trabalhadores para chegar à emancipação do ser humano como tal –, então Camillo Berneri tinha razão quando escreveu: “um anarquista deve detestar os sistemas ideológicos fechados (teorias que são chamadas de doutrinas) e não pode dar aos princípios mais do que um valor relativo”. [G. Berti, Op. cit., p. 858]

Em essência, “relativo” não significa “violável ao bel prazer”; esse termo expressa uma exigência de correlação com outro: a situação histórica efetiva. Transformar os princípios – que são, em essência, pontos de referência da identidade, sem os quais se perde o caminho – em um manual operativo que serve para todas as ocasiões e circunstâncias, constitui um fundamentalismo “legalista” prejudicial, que leva à perigosa ilusão de que é possível colocar uma realidade múltipla e dinâmica no campo dos princípios. Essa realidade possui autonomia e não se conforma

espontaneamente a esses princípios. Se não fosse assim, isso significaria que as coisas já estariam resolvidas (ou poderiam se resolver), e que o triunfo da revolução estaria muito próximo.

Por isso, não é necessário perguntar se o anarquismo corre o risco de morrer se fizer mediações com a realidade, não sendo esta realidade, ainda, uma realidade anarquista. O que é fundamental é questionar se o anarquismo corre o risco de morrer se não fizer essas mediações, se se fechar na ilusão de uma pureza sectária ou se se conformar demasiadamente à realidade, confiando a ela o papel de dirigir a ação.

Mesmo que a luta contra o domínio seja um princípio/fim indispensável para o anarquismo, não se deve esquecer a lição de Berneri, um revisionista na medida em que buscava ser um anarquista de seu tempo. A liberdade é inseparável de uma relação contínua com as condições colocadas pela necessidade; isso porque a liberdade não é apenas tensão e esforço individual, mas também consciência dos vínculos que conectam a ação humana a um determinado contexto histórico. Desse modo, o fazer-se da liberdade é “relativo” à necessidade, e o elemento específico que distingue o anarquismo aparece determinado pelo esforço de eliminar o domínio e reduzir a autoridade aos limites da necessidade. [Ibid., pp. 867-875]

Por razão dos limites da necessidade, nas situações concretas em geral e nas revolucionárias em especial, é importantíssimo para os anarquistas chegar a uma avaliação correta do sentido dos acontecimentos. Se esses acontecimentos permitirem avançar rapidamente para uma ordem libertária na sociedade – devido a uma força existente do movimento de luta dos oprimidos e de uma posição hegemônica dos anarquistas –, será totalmente contraproducente descartar dar um golpe decisivo nas estruturas de domínio do Estado e do capitalismo, sob a justificativa de não exercer coação contra certos aliados ocasionais.

Numa circunstância semelhante, a necessidade também exige que o programa revolucionário dos anarquistas leve em consideração as condições históricas em que se desenvolve a revolução, incluindo as tradições e características do povo que a realiza. [Ibid., p. 876] Inclusive, mesmo em meio a condições revolucionárias, pode ser necessário certo desenvolvimento progressivo para se atingir os objetivos e se chegar a uma luta política.

Se os anarquistas quiserem vencer essa luta, será necessário entender bem quais são as forças em jogo e os obstáculos que elas podem implicar, e de que maneira será possível eliminar ou contornar esses obstáculos. Nisso se incluem, também, as “dissidências” e passa a ser importante entender quais delas têm um caráter verdadeiramente contrarrevolucionário e quais delas não. Tudo isso precisa ser feito mantendo os pés bem firmes na terra.

Quando, pelo contrário, a revolução não está em absoluto na ordem do dia, as polêmicas entre “ortodoxos” e “heterodoxos” podem florescer com tranquilidade: elas contribuem para evidenciar as posições de cada um. A política dos anarquistas não se esgota na luta contra as instituições vigentes, que são dispositivos operacionais das estruturas de domínio e exploração. Ela também envolve a luta pela construção de outra sociedade, cujo ápice é a substituição da política pela administração. Trata-se de um ponto de chegada, de um objetivo a ser realizado, e que, por isso, implica uma tensão dialética com contradições e antinomias, e não envolve uma passagem imediata, porque o projeto precisa realizar várias premissas básicas.

Levando em conta que a capacidade de realizar os próprios objetivos é um elemento fundamental da política, então a política anarquista não pode prescindir das alianças e colaborações táticas com grupos e forças não anarquistas; e isso deve ser feito sem que se tenha medo de perder a própria identidade e a pureza. Considerando o fato

(filosófico) de que não há identidade senão na inter-relação com os outros – do mesmo modo que o sentido de “eu” se forma no encontro com muitos “você” –, os quais são necessários para o desenvolvimento da própria identidade, então a renúncia das alianças táticas equivale à renúncia da prática de sinergias, sem as quais a esterilidade e o isolamento se tornam, cada vez mais, causa e efeito recíprocos.

As alianças devem ser avaliadas de maneira simples, por meio das visões binárias do possível ou impossível, do perigoso ou não perigoso, seja em relação aos objetivos estratégicos, às situações objetivas ou à exigência (nada irrelevante) de se fazer conhecer em esferas sociais mais amplas, visando a difundir as próprias ideias. Aqui, também, o elemento distintivo fundamental está na posição do eventual aliado em relação ao binómio domínio/liberdade, ditadura/autonomia. As alianças e convergências operativas contingentes devem ser feitas, antes de tudo, com aqueles que praticam a auto-organização e que, internamente, expressam a tendência de lutar contra o despotismo.

Mas isso não pode ser um elemento para completa exclusão. Também é possível estabelecer relações contingentes – ou seja, de colaboração tática, em dadas circunstâncias – com forças reformistas que não possuem preconceitos antianarquistas. Contudo, não se podem fazer alianças com os inimigos do anarquismo, com os inimigos radicais da liberdade, aqueles que, se tivessem a possibilidade, retomariam de boa vontade a prática de fuzilamento dos anarquistas. Essas alianças significariam jogar água nos moinhos alheios, uma água que retornaria envenenada.

*** Revisão Felipe Corrêa**

*** Nota do revisor:** Este texto foi publicado originalmente em 2005, no site Anarkismo.net. Ao que tudo indica, foi escrito diretamente pelo autor em português de Portugal. Depois, realizamos alguns ajustes (basicamente, adaptações mínimas ao português brasileiro), e republicamos o texto, em 2021, no site do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). Entretanto, apesar de ser um artigo ótimo, ele tinha (e continuava com) inúmeros problemas de forma; certos trechos estavam quase incompreensíveis. Por isso, neste início de 2026, decidi fazer uma revisão grande e mais rigorosa do artigo. Foi necessário intervir bem na forma, ainda que tentando ao máximo preservar o conteúdo. Espero que tenha dado certo. Felipe C.